

Parlamentarismo é 'receita de crise', diz Sepúlveda Pertence

Da Sucursal de Brasília



O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, qualificou ontem como "uma receita de crise" o sistema parlamentarista de governo proposto no substitutivo apresentado, na quarta-feira passada, pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral

do Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ele disse temer que o país se torne "ingovernável" caso o Congresso constituinte aprove a idéia. Sepúlveda Pertence disse que encaminhará amanhã a Bernardo Cabral um documento propondo modificações no substitutivo que, segundo ele, contém imprecisões de linguagem.

O procurador-geral negou ainda que tenha aumentado a gratificação de produtividade dos subprocuradores e dos procuradores da República de 80% para 100%, como noticiado pela imprensa. Ele afirmou que o

aumento concedido está dentro da lei e não foi dado "por portaria".

Segundo Sepúlveda Pertence, era de 80% o percentual máximo de gratificação de produtividade dos procuradores e demais membros do Ministério Público. O decreto-lei 2.333, de 11 de junho, elevou para 100% este percentual máximo aos membros da advocacia consultiva da União (consultores, assistentes jurídicos e procuradores autárquicos). Para evitar "discriminação", saiu o decreto-lei 2.344, de 23 de julho.

Covas discute mudanças na questão da reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), 57, decidiu — após uma reunião em seu gabinete com os vice-líderes do partido, das 9h às 17h30 — negociar com os grupos que atuam no Congresso uma nova proposta para a reforma agrária. A equipe propõe que, após a desapropriação da área para fins de reforma agrária, o juiz tenha sessenta dias para fazer a vistoria na propriedade e dizer se ela cumpre ou não função social. Se não cumprir, a imissão do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na posse é imediata. Se a propriedade cumprir função social, o juiz comunica sua decisão ao Incra, que pode desistir ou não da desapropriação. Se desistir, a terra volta ao dono; se não, o governo paga a indenização em dinheiro e se faz a imissão em favor do Incra.

A proposta, apresentada pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), 54, líder do grupo do "consenso" e vice-líder do PMDB, já foi levada aos deputados Konder Reis (PDS-SC) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Covas acha que, apesar das tentativas de acordo, a reforma agrária acabará sendo decidida em plenário.

Na reunião foram discutidos ainda os temas sistema de governo, ordem econômica, ordem social, educação, ciência e tecnologia, sistema financeiro, saúde e seguridade social, e censura. Hoje, a partir das 9h, Covas reúne-se novamente com seus vice-líderes para continuar os debates.

Sobre o sistema de governo, o vice-líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG) propôs uma alteração, mantendo o parlamentarismo "puro". Pela proposta, o presidente da República poderá indicar à Câmara o primeiro-ministro duas vezes seguidas (e não apenas uma vez, conforme o substitutivo). Se for rejeitado na segunda, a Câmara então vota o primeiro-ministro, com apoio da maioria. Caso não consiga chegar a um consenso, é dissolvida.

O PMDB propôs também mudança no critério de concessão de canais de rádio e televisão. O substitutivo não prevê prazo para que o Congresso ratifique ato do presidente da República que renova ou dá a concessão. O PMDB vai propor um prazo, para não prejudicar as emissoras.

Ontem, o grupo "moderado", do senador José Richa (PMDB-PR), esteve reunido, pela manhã e à tarde. Também à tarde, reuniram-se os grupos de "esquerda" e um novo grupo, que surgiu na semana passada especificamente para defender o parlamentarismo. Desta última reunião, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), participaram, entre outros, José Fogaça (PMDB-RS), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Konder Reis (PDS-SC), Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ). À noite, reuniram-se o grupo "do consenso", no gabinete da liderança do PMDB, e o grupo "conservador", na Fundação Getúlio Vargas. No Palácio da Alvorada, Sarney recebeu parlamentares do PFL.

Conselho de Segurança rejeita os textos que denunciavam atos do Cimi

Da Reportagem Local

Os documentos denunciando a suposta participação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa "conspiração contra o Brasil" (e envolvendo grupos indígenas da Amazônia) foram considerados "imprestáveis" pelo assessor para questões indígenas do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e comandante da Marinha, Afonso Barbosa, 41. A informação foi transmitida no último dia 13, ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, e a assessores do Cimi, pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG), 56 — depois de manter contatos com Afonso Barbosa. O senador disse a d. Luciano que o assessor do CSN foi procurado, na Secretaria Geral do órgão, por um homem que se apresentou como Mário Nogueira e que, portando alguns documentos, anunciava a descoberta "de uma conspiração contra o país" — através do Cimi. Ainda sugeriu que, para apresentar mais detalhes sobre a denúncia, necessitava do apoio do CSN, que lhe daria garantias de vida, além de cobrir as despesas com viagem ao exterior (em companhia da família).

Ronan Tito disse, na reunião com o presidente da CNBB, que antes de ouvir a sua opinião sobre o caso, Afonso Barbosa teria afirmado que o CSN "já havia julgado como imprestáveis os documentos e como inverídica a conspiração denunciada pelo sr. Nogueira".

Dossiê

De acordo com dossiê do Cimi sobre as denúncias — concluído na última sexta-feira e ao qual a Folha teve acesso com exclusividade —, Mario Nogueira procurou em junho a sede da CNBB, em Brasília, dizendo-se amigo de d. Luciano Mendes de Almeida. Recebido pelo subsecretário-geral da conferência, cónego Celso Pedro da Silva, entregou cartão apresentando-se como presidente da "Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, capítulo São Paulo". afirmou que estava em busca de informações sobre mineração em terras indígenas para um trabalho encomendado pelo pre-

Acusação partiu de uma série de reportagens

Numa série de reportagens publicadas entre os dias 9 e 15 de agosto último, o jornal "O Estado de S. Paulo" denunciou "uma conspiração internacional contra o Brasil" que teria sido gestada pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organismo ecumênico com sede em Genebra, Suíça — e do qual a Igreja Católica não faz parte. Sua execução estaria a cargo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade

vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica. A "conspiração" consistiria na tentativa de religiosos e leigos envolvidos com os índios de constituir, nos atuais territórios brasileiro e venezuelano, um Estado lanomami, subtraindo 14% da Amazônia legal do controle estrito do Estado brasileiro, mediante a imposição do conceito de "soberania restrita" do Brasil sobre as áreas indígenas.

sidente do Partido da Frente Liberal (PFL), senador Marco Maciel. Em reunião, na semana passada, com o secretário-executivo do Cimi, Antônio Brand, Marco Maciel disse que não conhece Nogueira e nem lhe pediu qualquer trabalho.

O cónego Celso encaminhou depois Nogueira ao Cimi, onde conversou com funcionários e selecionou, na biblioteca, trechos de livros e artigos sobre mineração em terras indígenas — voltando no dia seguinte para receber fotocópias dos textos. No dia 18 de junho, o cónego Celso recebeu uma extensa carta, assinada por Nogueira, identificando, na ação do Cimi, "objetivos de desestabilização do país". Os advogados do Cimi passaram, então, a procurar maiores informações sobre o denunciante, verificando que os dados constantes em seu cartão de visitas eram falsos. Procurado ontem, às 14h, no número de telefone do cartão, em São Paulo, Nogueira não foi localizado, sendo que a mulher que atendeu o chamado disse "não conhecer ninguém com este nome". Procurado depois, às 16h, no endereço do cartão — rua Marquês de Cascais, no Brooklin, zona sul paulistana —, Nogueira também não foi encontrado. Um morador da casa afirmou que ele já se mudara há quatro meses, enquanto a vizinha acrescentou que "ele foi para Brasília e de lá seguiu para o Canadá". Na casa do Brooklin, segundo esses mesmos vizinhos, nunca funcionou a "Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil".

O primeiro documento julgado "imprestável" pelo assessor do CSN (e utilizado nas denúncias contra o Cimi) é uma carta que o secretário do Cimi, Antônio Brand, teria enviado a um certo "sr. Loebens", na Europa. Segundo os advogados da entidade, a carta é falsa, tendo sido apresentada sem assinatura, datilografada em máquina manual (enquanto os textos oficiais do Cimi são feitos em máquina elétrica) e com a data colocada à maneira inglesa ("Brasília, junho 03, 1987"). Está registrada, mesmo sem assinatura, no 21º Cartório de Notas de São Paulo. O segundo documento é o "digesto" (resumo) de uma reunião que teria sido realizada nos dias 16 e 17 de junho, em Brasília, entre membros do Cimi, CNBB, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e o próprio Nogueira, sobre Igreja e indígenas. As entidades envolvidas negam que tenha ocorrido tal reunião.

O terceiro documento (entregue por Nogueira ao CSN) é o texto "Diretrizes Brasil nº 4 - ano 0" e atribuído ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com sede em Genebra, Suíça. De acordo com telex do secretário-geral do CMI, Emílio Castro — enviado ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, à CNBB e ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) —, esse texto "não existe ou foi simplesmente forjado". (DERMI AZEVEDO)

OS PRAZOS DO CONGRESSO CONSTITUINTE

- 2 de setembro** — Fim do prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral
- 3 a 7 de setembro** — Relator examina as emendas
- 8 e 9 de setembro** — Publicação e distribuição do parecer do relator às emendas
- 10 a 17 de setembro** — Comissão de Sistematização vota o substitutivo Cabral e os pedidos de destaque
- 19 de setembro** — Prazo para a publicação do novo substitutivo, elaborado com base no que for votado pela Comissão de Sistematização
- 20 de setembro** — Plenário do Congresso constituinte começa a discutir o novo substitutivo
- 22 de setembro** — Apresentação de emendas ao substitutivo, elaborado com base no que for votado pela Comissão de Sistematização
- 20 de setembro** — Plenário do Congresso constituinte começa a discutir o novo substitutivo
- 22 de setembro** — Apresentação de emendas ao substitutivo
- 24 a 29 de setembro** — Comissão de Sistematização aprecia as emendas
- 30 de setembro a 9 de novembro** — Votação do projeto de Constituição, em primeiro turno, pelo plenário do Congresso constituinte
- 10 de novembro** — Comissão de Sistematização começa a redigir um novo substitutivo
- 20 de novembro** — Substitutivo é encaminhado ao plenário do Congresso constituinte
- 20 de novembro a 10 de dezembro** — Apresentação de emendas ao substitutivo
- 11 a 19 de dezembro** — Comissão de Sistematização prepara um novo texto com base nas emendas recebidas do plenário
- 20 a 31 de dezembro** — Plenário do Congresso constituinte discute e vota o texto final da nova Constituição

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Brasília, 3 de agosto de 1987.

Ilmos. Sra.
AÇÃO DOS TRÊS REIS DOS JOVENS CATÓLICOS
AUSTRIACOS
Zelinkagasse 2/5
A-1010
VIENA - ÁUSTRIA

Prezados Senhores:

Recebo, sensibilizado, com a manifestação de solidariedade aos nossos irmãos gentios, o pleito cristão que fazem os jovens católicos austriacos da "Ação dos Três Reis", no sentido de serem assegurados aos índios brasileiros direitos inalienáveis que, no fim, todos nós plenamente reconhecemos.

Muito atentamente,

Constituinte BERNARDO CABRAL
Relator da Comissão de Sistematização

CABRAL AGRADECE A AUSTRIACOS

Em carta enviada, no último dia 3, à organização católica "Ação dos Três Reis" (da Áustria), o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), agradeceu "a manifestação de solidariedade aos nossos irmãos gentios" e "o pleito cristão que fazem os jovens católicos austriacos no sentido de serem assegurados aos índios brasileiros direitos inalienáveis que,

ao fim, todos nós plenamente reconhecemos". O "pleito" constituía-se num abaixo-assinado, com 47 mil assinaturas, e entregue no último dia 21 de julho, no Congresso, em audiência marcada pela embaixada da Áustria no Brasil. O documento foi classificado como uma "interferência nos assuntos internos do país" pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard.